



INFO EXTRAORDINÁRIO Nº 12 NOVEMBRO | 2016

Cofinanciado por:



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020

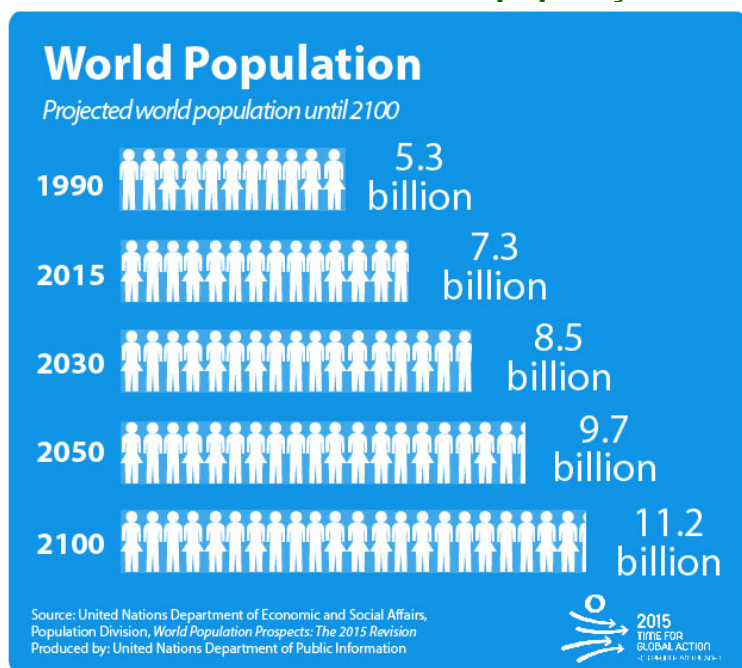


UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

## Os produtos fitofarmacêuticos no actual contexto agrícola

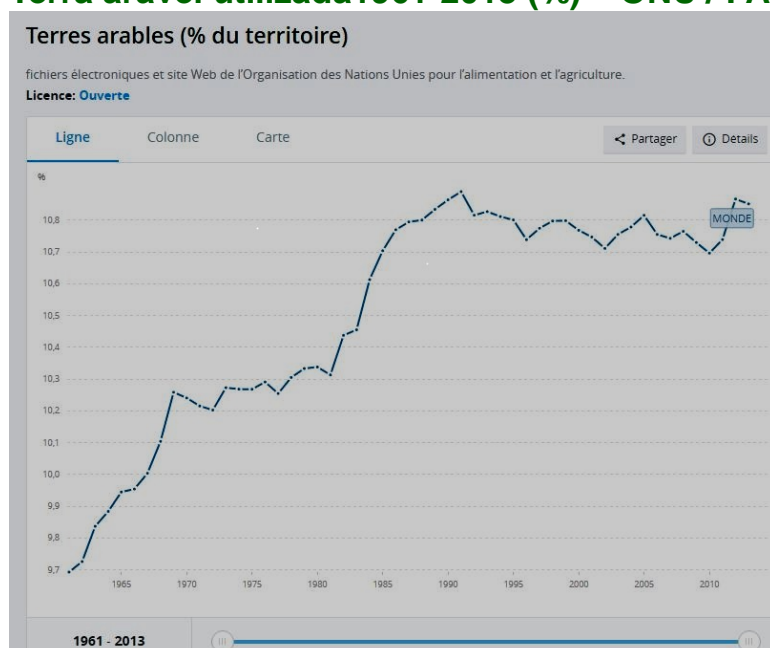
Este boletim informativo visa perspectivar o que, segundo a Confederação, será muito provavelmente a evolução da agricultura a nível mundial e qual o papel que os produtos fitofarmacêuticos poderão ocupar neste desenvolvimento. Assim, tendo como ponto de partida a evolução da população nos próximos cerca de 80 anos, temos:

### Estimativa de crescimento da população 1990-2100 / ONU



A população mundial, que em 2015 era constituída por 7,3 mil milhões de habitantes, irá crescer para 11,2 mil milhões em 2100. Em 2050, seremos 9,7 mil milhões.

### Terra arável utilizada 1961-2013 (%) – ONU / FAO



Segundo a FAO, no que se refere à terra arável, estamos perante um recurso que embora tenha crescido ao longo do período, nunca poderá aumentar significativamente. Foi atingido um pico de utilização por volta dos anos 90 do século passado, a que se seguiu um período de decréscimo, com várias oscilações, representando hoje em dia a terra arável cerca de 11% do território.

Neste âmbito, a principal questão que se põe ao sector agrícola, é a obtenção dos alimentos necessários para alimentar 9,7 mil milhões de pessoas daqui a pouco mais de 30 anos, sem expandir a área de terra arável para níveis muito superiores aos que hoje em dia existem.

Segundo o relatório da OCDE-FAO «Perspectivas Agrícolas 2015-2024», publicado em Junho deste ano, temos as seguintes conjecturas para as diferentes regiões do globo:

- **Ásia, Europa e América do Norte** - a produção agrícola adicional será proveniente, quase exclusivamente, de melhorias nas produtividades.
- **América do Sul** - são previstas melhorias ao nível da produtividade e na utilização de áreas agrícolas adicionais.
- **África** – não se perspectivam grandes evoluções, embora seja salientado que novos investimentos poderiam aumentar a produção e as produtividades de uma forma significativa.

Só na América do Sul é que se perspectivam aumentos nas áreas cultivadas, pelo que, alimentar o número de pessoas que se prevê que venham a habitar o planeta daqui a uns anos só se poderá fazer, sobretudo e segundo a OCDE-FAO, à custa do aumento das produtividades das culturas.

No passado e tal como já foi salientado nos Roteiros 2020 promovidos pela CAP, o antigo modelo de intensificação, baseado exclusivamente no aumento da utilização de factores de produção, conduziu a sistemas com graves ineficiências, que acabaram por induzir:

- Aumento da emissão de gases com efeito de estufa.
- Utilização excessiva de pesticidas.
- Aumento da concentração de nitratos.
- Aumento nos gastos e dependência da energia fóssil.
- Crescentes limitações ao uso da água e do solo.
- Aumento da desflorestação.
- Aumento dos níveis de desertificação.
- Perda de biodiversidade.

Paralelamente, face às condições meteorológicas que se têm vindo a verificar nos últimos anos no Sul da União Europeia, nomeadamente em Portugal, a incerteza é, definitivamente, um factor a ter sempre em conta de ora em diante.

Assim sendo, torna-se necessário equacionar um modelo de produção que intensifique racionalmente, ultrapassando as ineficiências, os erros e as limitações do passado e possa contrariar o impacto das alterações climáticas nas produtividades das culturas, na disponibilidade de recursos hídricos e na utilização do solo.

Sintetizando, temos de produzir mais, com menos, tendo como cenário de fundo a protecção do meio ambiente e um clima a mudar, ou seja, a produção de alimentos terá de implicar a utilização de menos recursos e o aumento das produtividades, tendo com condicionantes as alterações climáticas e a protecção ambiental.



Para atingir estes objectivos, temos principalmente, segundo a nossa perspectiva, duas vias:

1. Direcção da utilização dos factores de produção de uma forma mais precisa e eficiente, nomeadamente através de:
  - Tecnologias de informação, como por exemplo bases de dados.
  - Detecção remota através de satélites.
  - Robotização, com a utilização de técnicas computadorizadas.
  - Sistemas de informação geográfica.
  - Sensores electrónicos associados a reguladores automáticos ou a medidores de fluxos.
2. Conhecimento ambiental / ecológico dos sistemas de produção:
  - Actuando ao nível da polinização das culturas.
  - Controlo biótico de pragas e doenças.
  - Fertilidade e teores de matéria orgânica nos solos.



Usadas em paralelo, estas duas vias irão permitir:

- Avaliar e / ou monitorizar as condições de produção, aplicando os diferentes factores de produção (sementes, fertilizantes, matéria orgânica, fitofármacos, água, etc), conforme as necessidades objectivas de cada cultura numa determinada parcela e num determinado período de tempo, aumentando assim a sua eficiência de utilização e baixando os custos de produção.
- Maximizar as características intrínsecas dos ecossistemas produtivos, de forma a promover-se a intensificação através das particularidades específicas e naturais de cada parcela em produção.

Com efeito, poderemos assim promover o aumento da produtividade e da qualidade das culturas através da utilização de dois caminhos distintos, mas complementares, que poderão melhorar o rendimento das culturas e reduzir o impacto ambiental da actividade agrícola.

É, portanto, nesta conjuntura e na conjugação destas duas equações, que os produtos fitofarmacêuticos se deverão inserir hoje em dia.

Por um lado, serem factores de produção numa agricultura de precisão que, inevitavelmente, embora lentamente, se irá generalizar e, por outro, serem um complemento fundamental aos ecossistemas de produção, tendo em vista a obtenção de alimentos são e seguros.

É fundamental que os produtos fitofarmacêuticos sejam apresentados, junto dos consumidores em geral e dos políticos em particular, como essenciais para a sustentabilidade da actividade agrícola e como um dos factores que promove um elevado nível de protecção da saúde humana, animal e ambiental. Em relação a este aspecto em concreto, pensamos que a indústria fitofarmacêutica tem um importante papel a desempenhar, investindo sobretudo ao nível da comunicação para fora do sector agrícola.

Neste momento, os agricultores são confrontados:

- Diminuição drástica dos fitofármacos ao seu dispor.
- Muitas pragas e doenças a descoberto nas mais diversas culturas.
- Aparecimento de novas doenças, sem que exista nenhum tipo de solução fitofarmacêutica.
- Abandono de áreas de produção ou mudança de culturas.
- Regulamentação em permanente mudança, onde a retirada dos velhos produtos fitofarmacêuticos não é compensada pela entrada de novos, de nova geração.
- Falta de massa crítica em que, por vezes, a enorme agressividade por parte dos agentes comerciais da distribuição substitui, em muitas situações e de uma forma direccionada para os seus objectivos económicos, o aconselhamento técnico que deveria existir.
- Problemas sociais graves nas regiões de monocultura afectadas por doenças e/ou pragas de difícil controlo.

Por outro lado, a indústria depara-se com:

- Dificuldades crescentes na homologação de novos fitofármacos devido às políticas comunitárias em vigor.

- Uma União Europeia cada vez menos interessante em termos económicos, o que obriga grande parte da investigação a focalizar-se noutros continentes e mercados, dificultando assim a apresentação de novas soluções no espaço europeu.
- Períodos de tempo elevados para a homologação nas diferentes zonas de autorização e respectivos Estados-membros, ultrapassando muitas vezes os prazos legais estabelecidos.
- Necessidade de mobilizar elevados montantes financeiros para a apresentação dos dossiers referentes aos novos produtos fitofarmacêuticos.
- Uma opinião pública e política cada vez mais hostil à utilização de produtos fitofarmacêuticos, dado que, através da exploração da ignorância geral sobre esta matéria, os movimentos ambientalistas mais extremistas acabam por fazer vingar as suas opiniões.

Actualmente, na UE, estamos em fase de reavaliação de muitas das substâncias activas que existem no mercado, ou seja, estamos a escolher quais as que poderemos utilizar como ferramentas na produção agrícola, a curto e médio prazo. No entanto, independentemente de ideologias ou preconceitos que possam existir sobre este tipo de produtos, é necessário que a sociedade em geral entenda que, sem eles, não é possível produzir alimentos em qualidade e quantidade, suficientes para alimentar toda a população.

Evidentemente, que todos queremos que exista uma minimização efectiva de riscos, no que concerne a agentes poluidores, perigosos, etc., mas é necessário ter sempre em conta as consequências nefastas de uma revisão cega, tal como a que se está a verificar, acarreta. Com a actual política, corremos o sério risco de assistir à deslocação da produção para zonas no globo onde nada é exigido ou controlado, ficando assim os consumidores europeus mais expostos a substâncias perigosas, dado que o controlo às importações provenientes de países terceiros, na UE, é bastante reduzido, para não dizer quase nulo.

Hoje em dia, a relação entre a produção de alimentos e a necessidade de utilização de produtos fitofarmacêuticos por parte dos agricultores é bastante difícil de explicar ao cidadão comum, constituindo, sem dúvida, o elo mais fraco ao nível da comunicação.

Nos últimos anos, saíram centenas de substâncias activas (s.a.) do mercado e a mensagem que foi sendo passada ao longo do tempo, junto da opinião pública, foi a de que, sem elas, a produção agrícola iria decrescer drasticamente. Embora com dificuldades e custos acrescidos, tal acabou por não se verificar, sobretudo devido às moléculas de nova geração que estavam “em carteira” na indústria fitofarmacêutica e que acabaram por ser lançadas no mercado, substituindo as que, entretanto, saíram. Actualmente, no curto prazo, não existem novas s.a. aptas a ser comercializadas e que possam colmatar as falhas existentes.

Por outro lado, neste momento, estamos a atravessar uma fase em que se assiste a um fenómeno de enorme concentração e venda de várias empresas da indústria fitofarmacêutica, sem que os contornos destas operações, legítimas sem dúvida, sejam perceptíveis pelo público em geral.

Estes dois factores, conjugados, acabam por levantar dúvidas e incertezas quer junto dos consumidores, quer dos agricultores, pelo que, a clareza e objectividade na comunicação, dentro e fora do sector agrícola, é essencial.